REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

O USO DAS REDES SOCIAIS E O AUTODIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL ENTRE JOVENS ADULTOS

THE USE OF SOCIAL MEDIA AND SELF-DIAGNOSIS IN MENTAL HEALTH AMONG YOUNG ADULTS

Ciências Humanas, Ciências da Saúde • 25/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795535168

Mariana Sabrina dos Santos Barreto[1]

Dayana Boechat de Marins[2]

RESUMO

O presente estudo analisou de que maneira a circulação de conteúdos sobre saúde mental nas redes sociais se relaciona a processos de autodiagnóstico entre jovens adultos. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizada por meio de buscas no SciELO e Google Acadêmico, complementadas por livros, documentos institucionais e outras produções acadêmicas pertinentes ao tema. A análise foi organizada em três eixos: funcionamento das plataformas digitais e mediação algorítmica; autodiagnóstico e limites da identificação de sintomas; e medicalização, psiquiatrização e construção de neuroidentidades. Os estudos analisados indicam que mecanismos de personalização, recomendação e exposição recorrente podem ampliar a presença de conteúdos relacionados à saúde mental no ambiente informacional dos usuários. As pesquisas empíricas apontam associação entre busca de informações, identificação com sintomas e crenças de autodiagnóstico, embora não permitam estabelecer relação causal. A literatura também demonstra que categorias diagnósticas podem assumir funções de reconhecimento, pertencimento e construção identitária, ao mesmo tempo em que sua circulação em formatos simplificados pode reduzir a complexidade dos processos diagnósticos. Conclui-se que o autodiagnóstico nas redes sociais deve ser compreendido como um fenômeno multifatorial, relacionado tanto às características das plataformas quanto às formas contemporâneas de apropriação de categorias diagnósticas.

Palavras-chave: Redes sociais; Autodiagnóstico; Saúde mental; Algoritmos; Medicalização.

ABSTRACT

This study analyzed how the circulation of mental health content on

social media relates to self-diagnosis processes among young adults. This is a qualitative and exploratory narrative literature review conducted through searches in SciELO and Google Scholar, complemented by books, institutional documents, and other academic publications relevant to the topic. The analysis was organized into three axes: digital platforms and algorithmic mediation; self-diagnosis and the limits of symptom identification; and medicalization, psychiatrization, and the construction of neuro-identities. The reviewed studies indicate that personalization, recommendation systems, and repeated exposure may increase the presence of mental health content in users' informational environments. Empirical studies suggest an association between information-seeking, identification with symptoms, and beliefs about self-diagnosis, although they do not allow causal relationships to be established. The literature also shows that diagnostic categories may function as forms of recognition, belonging, and identity construction, while their circulation in simplified formats may reduce the complexity involved in diagnostic processes. It is concluded that self-diagnosis on social media should be understood as a multifactorial phenomenon related both to platform characteristics and to contemporary forms of appropriation of diagnostic categories.
Keywords: Social media; Self-diagnosis; Mental health; Algorithms; Medicalization.

1. INTRODUÇÃO

Em 2023, 88,0% da população brasileira com 10 anos ou mais utilizaram a internet no Brasil, o que corresponde a cerca de 164,5 milhões de pessoas (IBGE, 2024). Fagan *et al.* (2024) relataram que o brasileiro passa, em média, 9 horas e 32 minutos por dia na internet,

a segunda maior média mundial, atrás apenas da África do Sul. Os autores também destacam que as redes sociais concentram uma ampla quantidade de conteúdos relacionados à psicopatologia. Nesse contexto, as plataformas digitais deixam de ser apenas um espaço de lazer e de interação social e passam a desempenhar também um papel na disseminação de informações sobre os mais diversos assuntos, entre eles, a saúde mental.

Embora esse acesso amplie as possibilidades de obtenção de informações, também favorece a circulação de conteúdos superficiais e imprecisos, que podem contribuir para o autodiagnóstico[3] inadequado (Silva; Xavier; Alves, 2024). Fagan *et al.* (2024) descrevem um estudo canadense com os 100 vídeos mais populares da *hashtag* "ADHD", no qual apenas 11% foram publicados por profissionais de saúde e 52% do conteúdo apresentava informações enganosas (Yeung; NG; Abi-Jaoude, 2022 *apud* FAGAN *et al.*, 2024). Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde passou a utilizar o termo "infodemia" para caracterizar o excesso de informações, corretas e incorretas, que dificulta a identificação de fontes confiáveis e de orientações seguras (OPAS; OMS, 2020).

No âmbito acadêmico, diferentes autores abordam essa problemática sob perspectivas distintas. Marzal e Caponi (2025) analisam o surgimento das chamadas neuroidentidades virtuais, caracterizadas pelas identificações dos indivíduos com diagnósticos, por meio de afirmações como "sou TDAH"[4] ou "sou autista". Nesse processo, a saúde mental passa a ser também objeto de comercialização nas redes sociais.

Silva, Xavier e Alves (2024) discutem a relação entre a desinformação e a estigmatização no campo da saúde mental, destacando que a

circulação de informações superficiais ou imprecisas nas redes sociais pode favorecer a realização de autodiagnósticos inadequados. Os autores também ressaltam que o preconceito, a vergonha e a discriminação associados aos transtornos mentais podem representar barreiras à busca por tratamento adequado.

Complementarmente, Andrade *et al.* (2023) mostram que, em um estudo realizado com estudantes de Psicologia e psicólogos, identificaram uma associação entre o uso excessivo da internet e do celular e a presença de sintomas graves de depressão, ansiedade e estresse. Santos, Batista e Medeiros (2025), por sua vez, observam que muitas pessoas recorrem a recursos disponíveis online como uma alternativa rápida para identificar sintomas, condições e possibilidades de tratamento antes de procurar um profissional especializado.

Diante desse cenário, o estudo parte das seguintes questões: de que maneira o consumo de conteúdos sobre saúde mental nas redes sociais se relaciona a processos de autodiagnóstico entre jovens adultos? Quais elementos das plataformas digitais podem favorecer a exposição recorrente e a construção de compreensões simplificadas sobre sintomas e transtornos mentais? E de que modo categorias diagnósticas passam a ser apropriadas como formas de identificação, reconhecimento e pertencimento no ambiente digital?

O tema delimitado consiste na relação entre o uso das redes sociais e o autodiagnóstico em saúde mental entre jovens adultos, no contexto brasileiro. O presente estudo tem como objetivo geral analisar, com base na literatura, de que maneira o consumo de conteúdos sobre saúde mental nas redes sociais se relaciona a

processos de autodiagnóstico entre jovens adultos, considerando tanto os mecanismos de circulação e recomendação de conteúdos nas plataformas quanto os processos de medicalização e construção de neuroidentidades. O recorte temporal a partir de 2019 busca priorizar produções mais recentes, com exceção de três textos conceituais anteriores (Ciarelli; Avila, 2009; Brzozowski; Brzozowski; Caponi, 2010; Caponi, 2014).

Como objetivos específicos, busca-se descrever, com base na literatura, o funcionamento das plataformas digitais e dos mecanismos algorítmicos de recomendação; analisar o autodiagnóstico em saúde mental e os limites da identificação de sintomas por meio de conteúdos digitais; e discutir os processos de medicalização, psiquiatrização e construção de neuroidentidades no contexto das redes sociais.

A relevância acadêmica deste estudo consiste na articulação de dois campos que, nas fontes consultadas, são abordados separadamente: os estudos sobre plataformas digitais e algoritmos não contemplam especificamente a saúde mental, enquanto as pesquisas sobre autodiagnóstico não investigam a atuação dos algoritmos. No âmbito social, a relevância está relacionada à circulação de informações imprecisas sobre transtornos mentais. Para a Psicologia, destaca-se que a avaliação psicológica constitui um processo estruturado de investigação (CFP, 2022), não sendo substituída pela identificação pessoal com sintomas apresentados em conteúdos disponíveis online (Barbosa, 2023).

Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizada nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, complementada por livros e

documentos obtidos em outras fontes. O material selecionado foi organizado em três eixos temáticos: plataformas digitais; autodiagnóstico; e medicalização e neuroidentidades. Os procedimentos metodológicos estão detalhados na seção 3.

O artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se a fundamentação teórica (seção 2), seguida da metodologia (seção 3), da análise dos resultados (seção 4) e das considerações finais (seção 5).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo está organizada a partir de três eixos complementares. Inicialmente, discute-se o funcionamento das plataformas digitais e dos mecanismos algorítmicos que participam da seleção, personalização e circulação de conteúdos. Em seguida, aborda-se o autodiagnóstico em saúde mental e os limites da identificação de sintomas a partir de informações acessadas no ambiente digital. Por fim, são discutidos os processos de medicalização, psiquiatrização e construção de neuroidentidades, considerando a apropriação de categorias diagnósticas como formas de compreensão e expressão da experiência subjetiva nas redes sociais.

2.1. Mediação Algorítmica e Funcionamento das Plataformas Digitais

Figura 1. Tirinha de André Dahmer



Fonte: Inácio (2023).

A tirinha de André Dahmer, apresentada acima, utiliza a figura do algoritmo para problematizar a experiência contemporânea de acesso imediato à informação. Embora a ampliação desse acesso possa transmitir a percepção de maior conhecimento e autonomia aos usuários, a circulação de conteúdos nas plataformas digitais não ocorre de maneira neutra, uma vez que é mediada por sistemas responsáveis por seleção, organização e recomendação das informações disponibilizadas.

Nesse contexto, a interação entre usuários e plataformas digitais é atravessada por mecanismos que nem sempre são transparentes. Embora esses ambientes sejam frequentemente compreendidos como espaços de amplo acesso à informação, os conteúdos apresentados aos usuários são condicionados por sistemas que estabelecem critérios de seleção, organização e direcionamento. A esse respeito, Bentes (2019) destaca a atuação dos sistemas de recomendação na construção de uma curadoria algorítmica dos conteúdos, fundamentada na personalização da experiência informacional.

> *Os sistemas de recomendações algorítmicos selecionam, ordenam e sugerem conteúdos de forma ultrapersonalizada. [...] a curadoria algorítmica do visível define os perfis de alvos específicos para sugestão de conteúdos diferenciados no momento apropriado para influenciar, de forma personalizada e em tempo real, o comportamento dos usuários (Bentes, 2019, p. 224)*

A curadoria algorítmica evidencia que a aparente espontaneidade do acesso à informação resulta de processos de seleção, filtragem e personalização orientados por diferentes critérios de visibilidade e engajamento. As plataformas organizam e distribuem informações considerando padrões de comportamento dos usuários e interesses institucionais e econômicos, fazendo com que a experiência de navegação seja construída a partir de conteúdos previamente selecionados (Bentes, 2019).

De maneira geral, os algoritmos assumem um papel central na organização das informações que circulam nas plataformas digitais. Podem ser compreendidos como conjuntos de instruções programadas para processar dados e produzir determinados resultados, orientando o que será exibido aos usuários com base em critérios previamente definidos (Celestino; Teixeira, 2025).

Apesar da aparente objetividade desses sistemas, os algoritmos não operam de maneira neutra, uma vez que seus parâmetros são definidos por pessoas e instituições. Rossetti e Angeluci (2021, p. 11) afirmam que “um algoritmo não é neutro, mas reflete os valores éticos de seus criadores humanos”. Desse modo, os critérios incorporados à programação e às estruturas nas quais esses sistemas estão inseridos podem interferir na seleção, distribuição e

visibilidade das informações apresentadas aos usuários (Celestino; Teixeira, 2025).

A personalização dos conteúdos ocorre a partir da coleta e do processamento de dados produzidos durante a navegação. As interações realizadas pelos usuários contribuem para que os sistemas de recomendação adaptem continuamente aquilo que será apresentado, favorecendo a exposição recorrente a conteúdos relacionados a interesses e comportamentos anteriormente identificados (Celestino; Teixeira, 2025).

Essa dinâmica ultrapassa a simples organização de informações. Ao identificar padrões, estimar preferências e direcionar conteúdos com base nos dados coletados, as plataformas participam ativamente da organização da experiência informacional dos usuários, podendo influenciar os conteúdos aos quais estes são mais frequentemente expostos (Bentes, 2019; SANTOS, E. *et al.*, 2025).

Outro aspecto relevante é a opacidade dos sistemas algorítmicos, uma vez que os critérios utilizados para selecionar e distribuir conteúdos não são plenamente acessíveis aos usuários. Rossetti e Angeluci (2021) destacam a dificuldade de compreender os processos que levam um algoritmo a determinada decisão, produzindo uma assimetria entre o funcionamento das plataformas e aquilo que é percebido pelo usuário. Essa falta de transparência pode dificultar o reconhecimento e a avaliação crítica dos critérios envolvidos na seleção dos conteúdos apresentados (Rossetti; Angeluci, 2021; SANTOS, E. *et al.*, 2025).

O funcionamento das plataformas digitais também está relacionado à captura e à manutenção da atenção dos usuários, uma vez que o

tempo de permanência e os níveis de engajamento estão associados à geração de dados e ao valor econômico desses serviços (Bentes, 2019). Nesse contexto, a personalização não atua apenas na seleção das informações apresentadas, mas também como estratégia capaz de favorecer a continuidade da interação com a plataforma. Essa relação entre atenção, engajamento e personalização pode ser ilustrada pela tirinha de André Dahmer apresentada a seguir, que representa, de forma crítica, a atuação dos algoritmos na organização de interesses, emoções e comportamentos dos usuários.

Figura 2. Tirinha de André Dahmer



Fonte: Dahmer (2024).

A segunda tirinha de Dahmer amplia essa discussão ao representar o algoritmo como um agente que participa da seleção e intensificação de conteúdos relacionados a emoções, preferências e consumo. A imagem sintetiza, de forma ilustrativa, a discussão sobre a participação das plataformas na organização da experiência dos usuários, especialmente por meio da personalização e da priorização de conteúdos com potencial de engajamento (Bentes, 2019; Celestino; Teixeira, 2025).

Essa dinâmica pode ser compreendida a partir do conceito de economia da atenção, no qual a permanência e o engajamento dos

usuários constituem elementos centrais do modelo econômico das plataformas. Bruno, Bentes e Faltay (2019) destacam que o valor dos dados na economia digital está diretamente relacionado ao valor da atenção: quanto maior o tempo de permanência e interação, maior a produção de dados passíveis de utilização pelas plataformas.

No campo da saúde mental, Marzal e Caponi (2025) observam que o uso intenso de categorias psicopatológicas em conteúdos digitais amplia o campo de visibilidade algorítmica, direcionando esses conteúdos a quem compartilha o mesmo diagnóstico. Segundo Santos, Batista e Medeiros (2025), ao se identificar com publicações sobre TDAH e TEA[5] e interagir com elas, o usuário passa a receber conteúdos relacionados e a reconhecer esses sinais em si mesmo e nos outros.

A personalização também pode operar de forma pouco visível ao usuário. Santos, E. *et al.* (2025) apresentam a posição de que a lógica da personalização algorítmica oculta formas sofisticadas de manipulação, cujas consequências são mais graves por operarem de forma invisível e contínua (Rodolfo, 2025 *apud* SANTOS, E. *et al.,* 2025).

Entre os fenômenos relacionados à personalização algorítmica encontra-se o chamado filtro-bolha, caracterizado pela exposição recorrente a conteúdos alinhados aos interesses e padrões previamente identificados no comportamento do usuário. Santana e Neves (2022) relacionam esse processo à modulação algorítmica, por meio da qual determinados conteúdos são priorizados enquanto outros podem ter sua visibilidade reduzida.

Essa exposição recorrente pode ser discutida também a partir da heurística da disponibilidade, processo pelo qual a facilidade de recordar determinado fenômeno pode influenciar a percepção de sua frequência ou probabilidade. Ciarelli e Avila (2009), em estudo sobre exposição midiática e julgamento de frequência, observaram que eventos com maior cobertura tendiam a ser percebidos pelos participantes como mais frequentes. Embora o estudo não tenha investigado diretamente redes sociais ou autodiagnóstico, o conceito oferece uma possibilidade teórica de compreensão sobre como a repetição de conteúdos relacionados a transtornos mentais pode influenciar a percepção de sua ocorrência. Esse processo é alimentado pelas próprias interações realizadas nas plataformas. Buscas, visualizações, curtidas e outras formas de engajamento produzem dados que contribuem para a construção de perfis de interesse e influenciam recomendações posteriores (Bentes, 2019).

Articulando os autores discutidos, é possível descrever um ciclo autorreforçante: o usuário busca ou interage com conteúdos relacionados ao sofrimento psíquico, o sistema registra esse interesse e passa a recomendar materiais semelhantes; novas interações, por sua vez, fornecem dados adicionais e podem intensificar progressivamente a personalização das recomendações (Bentes, 2019; Santos; Batista; Medeiros, 2025).

Em conjunto, esses mecanismos demonstram que a circulação de informações nas plataformas digitais não depende apenas das escolhas imediatas dos usuários, mas também de sistemas de seleção, personalização e recomendação que organizam a visibilidade dos conteúdos. Bruno, Bentes e Faltay (2019) associam esse funcionamento à modulação do comportamento, entendida como condução das condutas a partir do reconhecimento de

padrões nos dados dos usuários. No campo da saúde mental, compreender esse funcionamento é particularmente relevante, uma vez que a exposição recorrente a determinadas categorias diagnósticas constitui o contexto no qual processos de identificação de sintomas e autodiagnóstico podem ocorrer.

2.2. Autodiagnóstico em Saúde Mental e Limites da Identificação de Sintomas

A compreensão dos mecanismos de seleção, personalização e recomendação de conteúdos nas plataformas digitais permite avançar para a discussão sobre o modo como informações relacionadas à saúde mental são interpretadas pelos usuários. A ampliação do acesso a conteúdos sobre sofrimento psíquico e transtornos mentais favoreceu novas possibilidades de informação e reconhecimento de sintomas, mas também tornou mais acessíveis categorias diagnósticas que, no ambiente digital, podem ser apresentadas de maneira simplificada.

Nesse contexto, a exposição a vídeos e publicações que descrevem sintomas de ansiedade, TDAH, depressão e outros transtornos pode oferecer aos usuários referenciais para interpretar experiências pessoais de sofrimento (Marzal; Caponi, 2025; Santos; Batista; Medeiros, 2025). Entretanto, o reconhecimento ou a identificação com determinados sintomas não equivale à realização de um diagnóstico clínico, tornando necessário distinguir a percepção subjetiva de sinais e sintomas do processo de avaliação conduzido por profissionais habilitados.

O autodiagnóstico pode ser compreendido como a atribuição, pelo próprio indivíduo, de uma condição de saúde a si mesmo sem que

tenha ocorrido avaliação por profissional habilitado, frequentemente a partir da interpretação de sintomas e de informações acessadas em diferentes fontes, entre elas a internet (Barbosa, 2023). A identificação subjetiva com determinadas características não constitui, isoladamente, um diagnóstico, que exige a consideração conjunta de aspectos como intensidade, duração, contexto e impacto sobre o funcionamento do indivíduo (Barbosa, 2023).

No campo da Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia define a avaliação psicológica como “um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas” (CFP, 2022, p. 9). Essa definição permite ver que a compreensão profissional dos fenômenos psicológicos envolve procedimentos sistematizados e integração de diferentes fontes de informação, não podendo ser equiparada à identificação isolada de sintomas a partir de conteúdos digitais.

A complexidade do diagnóstico em saúde mental também está relacionada ao fato de que sinais e sintomas psicopatológicos não são, de modo geral, exclusivos de um único transtorno. Dalgalarrondo (2019, p. 83) destaca que, de modo geral, não existem sinais ou sintomas psicopatológicos específicos de determinado transtorno mental e que o diagnóstico repousa sobre a totalidade dos dados clínicos, momentâneos (exame do estado mental) e evolutivos (anamnese, história dos sintomas evolução do transtorno). Segundo o autor, é essa totalidade, avaliada e interpretada com conhecimento teórico e científico e com habilidade clínica e

intuitiva, que conduz ao diagnóstico psicopatológico mais preciso e útil (Dalgalarrondo, 2019, p. 83-84).

A forma como os conteúdos sobre transtornos mentais são apresentados nas redes sociais também constitui um aspecto relevante dessa discussão. Santos, Batista e Medeiros (2025) apontam que publicações relacionadas ao TDAH e ao TEA podem apresentar fenômenos psíquicos de maneira simplificada, desconsiderando particularidades individuais e a necessidade de avaliação profissional. Na pesquisa realizada pelos autores com 113 participantes maiores de 18 anos, selecionados por amostragem por conveniência (66,4% com idade entre 18 e 29 anos), 89,4% consideraram que a exposição constante a esses conteúdos pode favorecer a interpretação de comportamentos cotidianos como sintomas de transtornos. O estudo de Fagan *et al.* (2024), por sua vez, foi realizado com 88 estudantes universitários de Santos (SP), com idades entre 18 e 65 anos, dos quais 64 tinham de 18 a 28 anos. Nessa faixa etária, 70,3% afirmaram buscar informações sobre sintomas na internet. Entre todos os respondentes, quase um quarto relatou ter passado a acreditar possuir algum transtorno após se identificar com sintomas apresentados em conteúdos online.

No mesmo estudo, 19% dos participantes afirmaram acreditar possuir TDAH, enquanto 59,3% relataram acreditar apresentar ansiedade ou depressão (Fagan *et al.*, 2024). Esses resultados não permitem estabelecer que o consumo de conteúdos digitais seja responsável pelas condições autodeclaradas, mas demonstram a presença significativa da busca e da identificação com categorias relacionadas à saúde mental entre os participantes pesquisados.

Dessa forma, o problema do autodiagnóstico no ambiente digital não reside na possibilidade de os indivíduos reconhecerem experiências de sofrimento ou buscarem informações sobre saúde mental, mas na transformação de sinais isolados e experiências inespecíficas em conclusões diagnósticas sem a consideração da complexidade clínica envolvida. Além disso, quando categorias diagnósticas deixam de funcionar apenas como hipóteses explicativas e passam a integrar formas de apresentação, reconhecimento e pertencimento dos sujeitos, a discussão ultrapassa os limites da identificação de sintomas e aproxima-se dos processos de medicalização e construção de identidades, abordados na seção seguinte.

2.3. Medicalização, Psiquiatrização e Neuroidentidades no Contexto Digital

A apropriação de categorias diagnósticas para explicar experiências pessoais de sofrimento não se inicia com as redes sociais. Marzal e Caponi (2025) situam antecedentes desse processo na expansão das chamadas neuronarrativas de aflição a partir da década de 1990, período em que a difusão de medicamentos psiquiátricos, como o Prozac, foi acompanhada pela circulação de explicações sobre o sofrimento psíquico baseadas em categorias médico-psiquiátricas. Nesse contexto, expressões como “sou depressiva” ou “tenho déficit de serotonina” passaram a integrar formas de narrar e interpretar a própria experiência, aproximando aspectos da identidade pessoal de categorias diagnósticas e explicações de caráter neurobiológico (Marzal; Caponi, 2025).

Esse movimento pode ser compreendido no contexto mais amplo da medicalização, entendida como o processo pelo qual problemas

não médicos passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, frequentemente em termos de doenças ou transtornos (Conrad, 2007 *apud* DALGALARRONDO, 2019, p. 47). Dalgalarrondo (2019, p. 47-48) descreve a psiquiatrização como a transformação de problemas não psiquiátricos em psiquiátricos. Segundo o autor, na atualidade a noção de medicalização tornou-se mais problemática e complexa, sobretudo pela busca, por pessoas não profissionais, de identidades relacionadas a certas condições médicas e pela apropriação de categorias médicas pela população em geral (Zorzanelli *et al.*, 2014 *apud* DALGALARRONDO, 2019, p. 48). Nesse sentido, termos inicialmente vinculados à descrição e classificação de transtornos podem ultrapassar o espaço profissional e passar a integrar modos cotidianos de compreensão de comportamentos, emoções e experiências pessoais.

As plataformas digitais ampliaram a circulação dessas categorias ao permitir que conteúdos relacionados à saúde mental alcançassem públicos extensos em formatos breves e de fácil compartilhamento. Nesse ambiente, sintomas amplos e experiências cotidianas podem ser apresentados por meio de categorias diagnósticas acessíveis ao público não especializado, favorecendo processos de identificação com esses conteúdos (Marzal; Caponi, 2025).

Silva, Xavier e Alves (2024) observam que a facilidade de acesso a informações de forma rápida e atrativa pode gerar uma falsa sensação de saber, e que o acesso rápido e superficial a informações disseminadas na internet pode acarretar consequências para a saúde mental, uma vez que a complexidade dos transtornos mentais exige olhar clínico especializado.

Nesse processo, categorias diagnósticas podem ultrapassar sua função clínica e ser apropriadas no ambiente digital como elementos de identificação social. Marzal e Caponi (2025) utilizam a expressão neuroidentidades virtuais para descrever formas de apresentação de si organizadas em torno de categorias psiquiátricas, observadas em perfis que articulam ocupações, características pessoais e diagnósticos. Nessa dinâmica, o diagnóstico pode funcionar também como marcador de reconhecimento e pertencimento entre pessoas que compartilham experiências interpretadas a partir de uma mesma categoria. Os autores relacionam esse processo ainda à lógica de mercantilização das identidades nas redes sociais, nas quais características pessoais e categorias diagnósticas podem ser incorporadas à própria apresentação pública e à produção de conteúdo.

Marzal e Caponi (2025) analisam, entre outros exemplos, o caso de um influenciador brasileiro que se apresenta como “coach de TDAH” e utiliza o diagnóstico como parte de sua identidade pública nas redes sociais. Segundo os autores, a apresentação pouco delimitada de dificuldades e sintomas pode ampliar as possibilidades de identificação dos seguidores com o conteúdo, favorecendo a apropriação de experiências diversas a partir de uma mesma categoria diagnóstica.

A relação entre categorias diagnósticas e formas de identificação pode ser discutida a partir do conceito de efeito de arco (*looping effect*), desenvolvido por Ian Hacking e abordado por Brzozowski, Brzozowski e Caponi (2010). Os autores explicam que as classificações de pessoas podem produzir efeitos sobre os indivíduos classificados, interferindo na maneira como compreendem a si mesmos e interpretam seus comportamentos e experiências. Nesse

processo, estabelece-se uma relação dinâmica entre sujeito e categoria diagnóstica, na qual a classificação pode modificar o comportamento do indivíduo e as mudanças decorrentes dessa interação podem, por sua vez, reforçar ou transformar a própria classificação.

Caponi (2014), ao discutir as críticas de Allen Frances ao DSM-V[6], problematiza a ampliação das categorias diagnósticas e a existência de fronteiras pouco definidas entre normalidade e patologia. A autora apresenta a preocupação de Frances com a inclusão de novas categorias e com o risco de que experiências e comportamentos que não necessariamente configuram transtornos sejam interpretados como manifestações de condições psiquiátricas. Essa discussão torna-se particularmente relevante no ambiente digital, no qual critérios clínicos complexos podem ser apresentados de maneira reduzida, por meio de listas de sinais e sintomas descontextualizados, favorecendo interpretações simplificadas sobre os transtornos mentais.

A identificação com categorias diagnósticas no ambiente digital, entretanto, não deve ser compreendida exclusivamente como um processo de banalização ou inadequação. Marzal e Caponi (2025) reconhecem que perfis organizados em torno de neuroidentidades possibilitam a criação de um sentimento de pertença a uma comunidade, na qual as dificuldades vividas podem ser compreendidas com empatia e sem julgamentos capacitistas, e que a autoatribuição de diagnósticos pode ser interpretada como um esforço para encontrar sentido e aceitação para o sofrimento mental dentro de uma comunidade (Khalaf *et al.*, 2023 *apud* MARZAL; Caponi, 2025). Os mesmos autores ressalvam, porém, que esses perfis também podem ser vistos como modo de ampliar o número

de seguidores e de potenciais consumidores, e que a interação online pode perpetuar diagnósticos errôneos. A questão torna-se mais complexa quando o reconhecimento passa diretamente à certeza diagnóstica ou quando experiências diversas são reduzidas a categorias apresentadas sem os critérios e contextos necessários à avaliação clínica.

Desse modo, a ampliação da linguagem diagnóstica nas redes sociais apresenta uma tensão: ao mesmo tempo em que categorias da saúde mental podem favorecer reconhecimento e comunicação de experiências subjetivas, sua circulação em formatos simplificados pode aproximar características cotidianas de classificações psicopatológicas sem considerar intensidade, duração, prejuízo funcional e contexto. A banalização, portanto, não decorre da simples utilização de termos diagnósticos pelo público, mas da perda de complexidade que pode ocorrer quando essas categorias são deslocadas de seus critérios clínicos e utilizadas como explicações suficientes para experiências heterogêneas.

Assim, a circulação de categorias diagnósticas nas plataformas digitais não envolve apenas acesso à informação sobre saúde mental, mas também processos de apropriação, reconhecimento e construção de sentidos sobre a própria experiência. A medicalização e a formação de neuroidentidades ajudam a compreender como categorias originalmente vinculadas ao campo clínico podem adquirir funções sociais e identitárias, especialmente quando circulam em ambientes marcados pela personalização, pela repetição e pela simplificação de conteúdos. Essa articulação entre funcionamento das plataformas, autodiagnóstico e identificação constitui o eixo a ser retomado na análise dos resultados.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica narrativa. A escolha desse delineamento ocorreu em razão do objetivo de compreender de que maneira a circulação de conteúdos sobre saúde mental nas redes sociais pode contribuir para processos de autodiagnóstico e identificação diagnóstica entre jovens adultos, considerando aspectos relacionados ao funcionamento das plataformas digitais, à simplificação de informações sobre transtornos mentais e à apropriação de categorias diagnósticas no ambiente digital.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores “algoritmo”, “autodiagnóstico”, “saúde mental”, “autodiagnóstico nas redes”, “redes sociais”, “TDAH”, “medicalização”, “jovens adultos”, “neuroidentidades”, “uso excessivo das redes”, “transtornos mentais na internet” e “psiquiatrização”, digitados diretamente nas bases, de maneira isolada em expressões compostas sem o uso dos operadores booleanos.

Como critérios de inclusão, foi adotada a pertinência ao tema e aos objetivos do estudo, isto é, foram considerados os trabalhos cujo conteúdo dialogava com os eixos do estudo: o funcionamento das plataformas digitais e dos algoritmos; relação entre redes sociais e saúde mental; autodiagnóstico ou identificação diagnóstica; circulação de conteúdos psicológicos ou psiquiátricos em plataformas digitais; medicalização, identidade e categorias diagnósticas. Foram considerados materiais em língua portuguesa, com prioridade para trabalhos publicados a partir de 2019, sem

excluir produções anteriores consideradas relevantes para a fundamentação conceitual do estudo, como Ciarelli e Avila (2009), Brzozowski, Brzozowski e Caponi (2010) e Caponi (2014). Também foram incluídos livros, documentos institucionais e outras produções acadêmicas pertinentes à compreensão dos conceitos centrais da pesquisa, obtidos fora das bases, por consulta direta. Os trabalhos sem pertinência aos eixos do estudo foram desconsiderados. Por se tratar de revisão narrativa, a triagem não seguiu protocolo sistematizado, e não houve registro quantitativo das etapas de busca, exclusão e leitura.

A análise do material foi realizada de forma qualitativa, por meio da leitura, comparação e articulação dos principais argumentos e resultados apresentados pelos autores selecionados. Para organização da discussão, os estudos foram agrupados de acordo com três eixos temáticos: o funcionamento das plataformas digitais e dos mecanismos algorítmicos de recomendação; os limites do autodiagnóstico e da identificação de sintomas por meio de conteúdos digitais; e os processos de medicalização, psiquiatrização e construção de neuroidentidades no contexto das redes sociais. A partir desses eixos, buscou-se estabelecer relações entre os diferentes trabalhos, identificar convergências, divergências e lacunas e construir uma síntese crítica capaz de responder ao problema proposto.

Como limitações da pesquisa, destacam-se a ausência de protocolo sistematizado e de registro das etapas de busca, o que restringe a reprodutibilidade; o uso de apenas duas bases e de materiais da língua portuguesa; e o porte das amostras dos estudos empíricos citados, como Fagan *et al.* (2024), com 88 participantes, e Santos, Batista e Medeiros (2025), com 113. Tais limitações foram

consideradas durante a interpretação dos achados, evitando generalizações que ultrapassassem o alcance das evidências disponíveis.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados permite articular três dimensões centrais do fenômeno investigado: o funcionamento das plataformas digitais e da mediação algorítmica, os processos de autodiagnóstico e identificação de sintomas e a apropriação social das categorias diagnósticas por meio da medicalização e das neuroidentidades. Mais do que examinar esses aspectos isoladamente, interessa compreender como se relacionam e quais limites as evidências disponíveis impõem às interpretações sobre o papel das redes sociais na construção de crenças diagnósticas entre jovens adultos. O Quadro 1 apresenta uma síntese da contribuição de cada estudo analisado.

Quadro 1. Contribuição dos estudos para a análise

Estudo	Eixo	Contribuição para a análise
Bentes (2019)	Plataformas digitais	Descreve sistemas de recomendação que selecionam e sugerem conteúdos de forma ultrapersonalizada e analisa a lógica de mercado e a captura da atenção.
Bruno, Bentes e Faltay (2019)	Plataformas digitais	Relacionam o valor econômico da atenção à produção de dados e à modulação do comportamento.
Santana e Neves (2022)	Plataformas digitais	Associam a personalização ao filtro-bolha e à modulação algorítmica, com efeitos sobre o acesso à informação.

Rossetti e Angeluci (2021)	Plataformas digitais	Afirmam que os algoritmos não são neutros e discutem a dimensão ética dos sistemas.
Celestino e Teixeira (2025)	Plataformas digitais	Afirmam a não neutralidade dos algoritmos e discutem a opacidade dos sistemas.
Santos, E. *et al.* (2025)	Plataformas digitais	Afirmam a não neutralidade dos algoritmos e discutem a opacidade dos sistemas.
Marzal e Caponi (2025)	Plataformas digitais; medicalização e neuroidentidades	Observam que o uso de categorias psicopatológicas amplia a visibilidade algorítmica dos conteúdos; descrevem perfis organizados em torno de diagnósticos e reconhecem tanto o sentimento de pertença quanto a ampliação de seguidores e consumidores.
Fagan *et al.* (2024)	Autodiagnóstico	Estudo com 88 universitários de Santos (SP): 70,3% dos respondentes de 18 a 28 anos buscam informações sobre sintomas na internet, e quase um quarto de todos passou a acreditar possuir um transtorno após se identificar com sintomas vistos online.
Santos, Batista e Medeiros (2025)	Autodiagnóstico; medicalização e neuroidentidades	Estudo com 113 participantes: 89,4% consideram que a exposição constante a conteúdos sobre TDAH e TEA favorece a leitura de comportamentos cotidianos como sintomas, 98,2% os consideram insuficientes para o diagnóstico, e termos como "hiperfoco" (72%) são de uso corrente.
Silva, Xavier e Alves (2024)	Autodiagnóstico	Acrescentam que o acesso rápido e superficial a informações pode gerar uma falsa sensação de saber.

Barbosa (2023) e CFP (2022)	Autodiagnóstico	Fornecem o parâmetro de leitura: o diagnóstico depende de avaliação estruturada e a identificação com sintomas não o substitui.
Andrade *et al.* (2023)	Autodiagnóstico (contexto)	Encontraram associação entre uso excessivo de internet e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em estudantes de psicologia e psicólogos, sem investigar autodiagnóstico.
Dalgalarrondo (2019)	Autodiagnóstico; medicalização e neuroidentidades	O diagnóstico depende da totalidade dos dados clínicos; registra a busca de identidades ligadas a condições médicas e o acesso desigual a cuidados.
Brzozowski, Brzozowski e Caponi (2010)	Medicalização e neuroidentidades	Oferecem o mecanismo conceitual do efeito de arco de Hacking: a classificação pode modificar o comportamento de quem é classificado.
Caponi (2014)	Medicalização e neuroidentidades	A partir de Frances, aponta a ampliação das categorias do DSM-V e a imprecisão das fronteiras entre normalidade e patologia.

Fonte: elaborado pela autora (2026).

Os autores que tratam das plataformas digitais convergem em três aspectos principais. O primeiro refere-se à personalização: Bentes (2019) descreve sistemas de recomendação que selecionam e sugerem conteúdos de forma ultrapersonalizada, enquanto Santana e Neves (2022) associam esse processo ao filtro-bolha e à modulação algorítmica. O segundo diz respeito à não neutralidade, discutida por Rossetti e Angeluci (2021), Celestino e Teixeira (2025) e Santos, E. *et al.* (2025), segundo os quais os algoritmos refletem decisões

humanas e interesses institucionais. O terceiro corresponde ao valor econômico da atenção, que Bruno, Bentes e Faltay (2019) relacionam à produção de dados e à modulação do comportamento.

Embora exista convergência quanto à atuação das plataformas sobre a circulação de informações, os autores diferem em relação ao foco de suas análises. Bentes (2019) e Bruno, Bentes e Faltay (2019) enfatizam a lógica de mercado e a captura da atenção; Rossetti e Angeluci (2021), Celestino e Teixeira (2025) e Santos, E. *et al.* (2025) discutem principalmente a dimensão ética e a opacidade dos sistemas; e Santana e Neves (2022) concentram-se nos efeitos da filtragem sobre o acesso à informação. Nenhum desses estudos investiga especificamente conteúdos de saúde mental ou transtornos psicológicos, de modo que sua contribuição para o problema desta pesquisa ocorre pela possibilidade de compreender os mecanismos gerais que estruturam a circulação de conteúdos nas plataformas, e não pela demonstração direta de seus efeitos sobre o autodiagnóstico.

A aproximação entre mediação algorítmica e saúde mental aparece de maneira mais específica em Marzal e Caponi (2025), que observam que o uso de categorias psicopatológicas pode ampliar a visibilidade algorítmica dos conteúdos e direcioná-los a usuários que compartilham interesses semelhantes, e em Santos, Batista e Medeiros (2025), que descrevem que a interação com publicações sobre TDAH e TEA pode ser seguida pela exposição a novos conteúdos relacionados. Entretanto, os estudos empíricos de Fagan *et al.* (2024) e Santos, Batista e Medeiros (2025) não mensuram diretamente a atuação dos algoritmos, uma vez que investigam hábitos, percepções e crenças dos participantes por meio de questionários. A relação entre personalização algorítmica e

autodiagnóstico apresenta, portanto, coerência com a literatura sobre plataformas digitais, mas não pode ser compreendida como um efeito empiricamente demonstrado pelas pesquisas analisadas.

É nesse ponto que os dados referentes ao autodiagnóstico ajudam a ampliar a discussão. Em Fagan *et al.* (2024), 70,3% dos respondentes entre 18 e 28 anos afirmaram buscar informações sobre sintomas na internet, 28,1% dos jovens relataram consumir conteúdos de saúde mental por acreditarem possuir algum transtorno e quase um quarto dos participantes passou a acreditar possuir uma condição após se identificar com sintomas apresentados online. Em Santos, Batista e Medeiros (2025), 89,4% dos participantes consideraram que a exposição constante a conteúdos sobre TDAH e TEA pode favorecer a interpretação de comportamentos cotidianos como sintomas de transtornos.

Esses resultados, contudo, exigem uma interpretação cuidadosa. Santos, Batista e Medeiros (2025) também identificaram que a maior parte dos participantes afirmou não ter realizado autodiagnóstico a partir das redes sociais, enquanto 98,2% consideraram esses conteúdos insuficientes para essa finalidade e 99,1% reconheceram a importância da avaliação multiprofissional. Ao mesmo tempo, foram observados relatos de autodiagnóstico e ampla utilização de termos como “hiperfoco” e “déficit de atenção” no vocabulário cotidiano. Em Fagan *et al.* (2024), quase metade dos respondentes entre 29 e 65 anos não pesquisava sintomas online, e, nesse grupo, o consumo de conteúdos sobre saúde mental esteve mais associado a interesses de estudo. Esses dados indicam que reconhecer os limites do conteúdo digital para fins diagnósticos pode coexistir com a incorporação de categorias e termos psicopatológicos às formas cotidianas de compreensão das próprias experiências.

Nesse sentido, Barbosa (2023), o Conselho Federal de Psicologia (2022) e Dalgalarrondo (2019) fornecem parâmetros importantes para interpretar os resultados, ao ressaltarem que o diagnóstico depende de avaliação estruturada, análise contextual e consideração da totalidade dos dados clínicos, não podendo ser substituído pela identificação isolada com sintomas. Silva, Xavier e Alves (2024) acrescentam que o acesso rápido e superficial às informações pode favorecer uma falsa sensação de conhecimento sobre os transtornos. Andrade *et al*. (2023), por sua vez, identificaram associação entre uso excessivo da internet e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em estudantes de Psicologia e psicólogos, embora não tenham investigado diretamente o autodiagnóstico. Sua contribuição, portanto, situa-se mais como contextualização dos efeitos associados ao uso intenso da internet do que como evidência específica sobre crenças diagnósticas.

Além disso, as características metodológicas dos estudos empíricos impõem limites relevantes à interpretação dos resultados. Fagan *et al*. (2024) investigaram estudantes universitários de Santos (SP), enquanto Santos, Batista e Medeiros (2025) utilizaram amostra por conveniência, com predomínio de participantes do sexo feminino. Ambos os estudos recorreram a questionários online e dados de autorrelato. Dessa forma, os resultados permitem compreender percepções, comportamentos informados e crenças dos participantes acerca da possibilidade de possuir um transtorno, mas não permitem confirmar a presença ou a ausência de diagnóstico clínico nem estabelecer relações causais entre exposição aos conteúdos e autodiagnóstico.

A incorporação de categorias diagnósticas ao cotidiano também permite aproximar esses achados da discussão sobre medicalização

e neuroidentidades. Marzal e Caponi (2025) situam antecedentes desse processo nas neuronarrativas de aflição desenvolvidas a partir da década de 1990 e descrevem, no ambiente digital, perfis organizados em torno de categorias como TDAH e autismo. Dalgalarrondo (2019) aponta que uma das manifestações contemporâneas da medicalização envolve justamente a apropriação de categorias médicas por pessoas não profissionais e a busca por identidades relacionadas a determinadas condições. Brzozowski, Brzozowski e Caponi (2010), a partir do efeito de arco de Hacking, oferecem uma chave para compreender como classificações podem interferir na maneira como os indivíduos interpretam a si mesmos e seus comportamentos, enquanto Caponi (2014), retomando as críticas de Allen Frances, problematiza a ampliação das categorias diagnósticas e as fronteiras entre normalidade e patologia.

Essa discussão não permite, entretanto, reduzir a apropriação de categorias diagnósticas a um processo exclusivamente negativo. Marzal e Caponi (2025) reconhecem que perfis estruturados em torno de neuroidentidades podem produzir sentimento de pertencimento, compartilhamento de experiências e reconhecimento entre sujeitos que vivenciam dificuldades semelhantes. Ao mesmo tempo, os autores problematizam a possibilidade de que essas identidades sejam incorporadas à produção de conteúdo, à ampliação de seguidores e às dinâmicas de consumo das plataformas. Dalgalarrondo (2019) acrescenta outra tensão relevante ao destacar que, paralelamente à medicalização de determinadas experiências em alguns grupos sociais, pessoas com transtornos mentais graves continuam encontrando dificuldades de acesso ao cuidado. A crítica à medicalização, portanto, não pode ser

aplicada de maneira homogênea a todas as experiências de sofrimento.

Os achados de Santos, Batista e Medeiros (2025) dialogam com essa discussão ao evidenciarem a incorporação de termos técnicos, como “hiperfoco” e “déficit de atenção”, ao discurso cotidiano. Esse movimento pode ser relacionado à circulação mais ampla de categorias diagnósticas no ambiente digital, embora os estudos empíricos analisados não investiguem diretamente identidade, pertencimento ou neuroidentidades como variáveis. Assim, enquanto a presença do autodiagnóstico e da identificação com sintomas encontra algum apoio em dados empíricos, a discussão sobre neuroidentidades sustenta-se predominantemente em análises conceituais e qualitativas, especialmente em Marzal e Caponi (2025).

A articulação entre esses diferentes achados permite compreender que o fenômeno investigado não resulta simplesmente da presença de informações sobre saúde mental nas redes sociais. Os estudos sugerem que a busca e a identificação com conteúdos ocorrem em ambientes estruturados por mecanismos de personalização, filtragem, repetição e captura da atenção, ao mesmo tempo em que categorias diagnósticas passam a circular como formas acessíveis de explicação de experiências subjetivas. Entretanto, reconhecer essa articulação não significa afirmar que os algoritmos causem o autodiagnóstico. As evidências empíricas disponíveis descrevem principalmente associações, percepções e autorrelatos, enquanto a participação da mediação algorítmica permanece sustentada, neste conjunto de fontes, sobretudo por uma explicação teórica plausível.

Desse modo, os resultados convergem em dois pontos principais. O primeiro é que a identificação com conteúdos sobre sintomas pode participar de processos de autodiagnóstico, embora essa identificação não corresponda a um diagnóstico clínico e não possa ser interpretada como consequência causal das redes sociais. O segundo é que a circulação de categorias psicopatológicas apresenta caráter ambivalente: pode ampliar o acesso à informação, oferecer formas de reconhecimento e pertencimento e favorecer a nomeação de experiências de sofrimento, mas também pode contribuir para a simplificação de fenômenos complexos, para a utilização descontextualizada de termos técnicos e para a construção de certezas diagnósticas sem avaliação profissional. Assim, o material analisado permite compreender o autodiagnóstico nas redes sociais como um fenômeno multifatorial, produzido na interface entre características das plataformas digitais, modos de circulação da informação e processos contemporâneos de interpretação e identificação do sofrimento psíquico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender de que maneira a circulação de conteúdos sobre saúde mental nas redes sociais se relaciona a processos de autodiagnóstico entre jovens adultos. A análise da literatura indica que a identificação com sintomas apresentados em conteúdos digitais pode participar desse processo, especialmente em ambientes marcados pela personalização e pela exposição recorrente a determinadas temáticas. Contudo, os estudos empíricos analisados permitem identificar associações e percepções dos participantes, não sendo possível estabelecer uma relação causal entre o uso das redes sociais e o autodiagnóstico.

A discussão sobre o funcionamento das plataformas mostrou que mecanismos como personalização, filtro-bolha, opacidade dos sistemas de recomendação e economia da atenção oferecem uma explicação teórica para a recorrência de determinados conteúdos no ambiente informacional dos usuários. Entretanto, essa relação ainda necessita de investigação empírica específica, uma vez que os estudos sobre algoritmos não abordam diretamente o autodiagnóstico e as pesquisas sobre autodiagnóstico não mensuram a atuação dos sistemas de recomendação.

Também se observou que categorias diagnósticas podem ultrapassar seu uso estritamente clínico e participar de formas de reconhecimento, pertencimento e construção de sentidos sobre a própria experiência. Essa apropriação apresenta uma dimensão ambivalente: pode ampliar o acesso à linguagem da saúde mental e favorecer identificação entre pares, ao mesmo tempo em que a simplificação de critérios diagnósticos pode aproximar experiências cotidianas de classificações psicopatológicas sem considerar sua complexidade clínica. Nesse sentido, reconhecer sintomas ou identificar-se com conteúdos disponíveis online não equivale à realização de um diagnóstico, que exige avaliação profissional e consideração ampla dos dados clínicos.

Entre as limitações deste estudo destacam-se o caráter narrativo da revisão, a ausência de registro sistemático das etapas de busca, a consulta a apenas duas fontes principais de pesquisa e o número reduzido de estudos empíricos diretamente relacionados ao fenômeno investigado. Estudos futuros poderão ampliar as bases consultadas, utilizar protocolos sistematizados e investigar diretamente a relação entre exposição a conteúdos recomendados

por algoritmos, identificação de sintomas e autodiagnóstico em amostras maiores e mais diversificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, André Luiz Monezi *et al.* Uso excessivo de internet e smartphone e problemas emocionais em estudantes de psicologia e psicólogos. **Estudos de Psicologia (Campinas),** v. 40, e210010, 2023.

BARBOSA, Emerson. **Autodiagnóstico pela internet: quais os riscos?** Disponível em: https://institutodepsiquiatriapr.com.br/blog/autodiagnostico-pela-internet-quais-os-riscos/. Acesso em: 17 maio 2026.

BENTES, Anna. A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo (org.). **Políticas da internet:** privacidade, algoritmos e plataformas. São Paulo: Edições Sesc, 2019. p. 223-226.

BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. **Revista Famecos,** Porto Alegre, v. 26, n. 3, set./dez. 2019. DOI: 10.15448/1980-3729.2019.3.33095.

BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf; BRZOZOWSKI, Jerzy André; CAPONI, Sandra. Classificações interativas: o caso do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade infantil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu,** v. 14, n. 35, p. 891–904, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000027.

CAPONI, Sandra. O DSM-V como dispositivo de segurança. **Physis: Revista de Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 741–763, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000300005.

CELESTINO, Antonio; TEIXEIRA, Stanley Cunha. A não-neutralidade dos algoritmos e o seu uso pelas plataformas digitais. **Revista Linguagem em Foco,** v. 17, n. 3, p. 34-50, 2025. DOI: 10.46230/lef.v17i3.16042. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/16042. Acesso em: 12 abr. 2026.

CIARELLI, Gustavo; AVILA, Marcos. A influência da mídia e da heurística da disponibilidade na percepção da realidade: um estudo experimental. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 541-562, maio/jun. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Cartilha Avaliação Psicológica.** 3. ed. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica1.pdf. Acesso em: 17 maio 2026.

DAHMER, André. [Tirinha sobre algoritmos]. **Instagram,** 5 nov. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DB_JlAtuv6b/. Acesso em: 12 abr. 2026.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FAGAN, Charlene Alencar Sales *et al.* Saúde mental na era da informação: a produção de autodiagnóstico em 60 segundos através das redes sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INICIAÇÃO

CIENTÍFICA – COBRIC, 2024. **Anais** [...]. [S. l.]: [s. n.], 2024. v. 1, n. 3, p. 182-187. Disponível em: https://periodicos.unisanta.br/COB/article/view/2461. Acesso em: 29 ago. 2025.

INÁCIO, Bruno. Novas tirinhas de André Dahmer transformam algoritmo em personagem intrometido. **Le Monde Diplomatique Brasil,** São Paulo, 27 jul. 2023. Disponível em: https://diplomatique.org.br/novas-tirinhas-de-andre-dahmer-transformam-algoritmo-em-personagem-intrometido/. Acesso em: 12 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2023, 88,0% das pessoas com 10 anos ou mais utilizaram Internet. **Agência IBGE Notícias,** Rio de Janeiro, 16 ago. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet. Acesso em: 25 ago. 2025.

MARZAL, Javier; CAPONI, Sandra. A psiquiatrização da vida cotidiana e a construção de neuroidentidades virtuais. **Revista TOMO,** São Cristóvão, v. 44, e21851, 2025. DOI: https://doi.org/10.21669/tomo.v44.21851.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS); ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19.** [S. l.]: OPAS; OMS, 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054. Acesso em: 12 abr. 2026.

ROSSETTI, Regina; ANGELUCI, Alan. Ética algorítmica: questões e desafios éticos do avanço tecnológico da sociedade da informação.

Galáxia, São Paulo, n. 46, p. 1-18, 2021. DOI: 10.1590/1982-2553202150301.

SANTANA, Ramon Davi; NEVES, Barbara Coelho. Entre filtros e bolhas: a modulação algorítmica na sociedade pós-panóptica. **LOGEION: Filosofia da Informação,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 47-64, mar./ago. 2022.

SANTOS, Eduardo da Conceição; SOUSA, José Rubens Rodrigues de; NASCIMENTO, Jaira Alves Corrêa; BRITO, Sanzia Fernandes; ÁVILA, Ana Cristina Ferrari. Ética digital: privacidade, algoritmos e o poder das plataformas. **Interference: A Journal of Audio Culture,** v. 11, n. 2, p. 7014-7033, 2025. DOI: 10.36557/2009-3578.2025v11n2p7014-7033. Disponível em: https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/504. Acesso em: 12 abr. 2026.

SANTOS, Letícia Furtado dos; BATISTA, Sabrina Lucas; MEDEIROS, Ana Paula. Entre posts, likes e sintomas: o impacto das redes sociais no autodiagnóstico de TDAH e TEA. **Revista Aracê,** São José dos Pinhais, v. 7, n. 10, p. 1-22, 2025. DOI: 10.56238/arev7n10-181.

SILVA, Dayane Bastos; XAVIER, Aquila Siqueira; ALVES, Ana Cristina. Desinformação e estigmatização na saúde mental: impactos na busca por tratamento e bem-estar psicológico. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT,** v. 9, n. 2, out. 2024. Acesso em: 29 ago. 2025.

---

[1] Graduanda em Psicologia pela Faculdade Maria Thereza. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Professor orientador. Mestre em Comunicação e Informação em Saúde – ICICT/FIOCRUZ. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] O autodiagnóstico é o processo pelo qual uma pessoa identifica e avalia sintomas ou problemas de saúde por conta própria, geralmente utilizando informações disponíveis na Internet.

[4] TDAH significa Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. É um transtorno caracterizado por desatenção, inquietude e impulsividade.

[5] TEA significa Transtorno do Espectro Autista. É um transtorno do desenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento.

[6] DSM-V é a sigla de Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, em sua quinta edição.